



ATA N.º 17/2015

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE OUTUBRO DE 2015  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 19 DE OUTUBRO DE 2015

-----No dia 19 de outubro de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do n.º 1 e n.º 2 do Artigo 28.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do n.º 14 do Artigo 24.º, do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO - *Debate sobre o estado do Município.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 47 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)



Fl. 212v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA SESSÃO, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	Sessão de outubro	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	Sessão de outubro	Márcio Filipe dos Santos Viegas
BE	José Manuel Maia dos Santos	Sessão de outubro	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador



-----FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
CDU	Luís Carlos Carradinha Reis - Vereador

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO ÚNICO - DEBATE SOBRE O ESTADO DO MUNICÍPIO.**-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por informar a Assembleia Municipal de que a Câmara tem, atualmente 644 trabalhadores em efetivo exercício de funções, incluindo o pessoal não docente das escolas, tendo-se verificado uma redução significativa nos últimos anos, o que obriga a uma grande gestão do pessoal e a muito trabalho e dedicação por parte dos funcionários. Informou de que tinha recentemente sido possível a Câmara Municipal passar a pagar vencimentos a alguns funcionários que desempenhavam funções superiores à sua categoria e a outros que, entretanto, se licenciaram, de acordo com as funções desempenhadas e com as habilitações literárias de cada um desses funcionários, mantendo a categoria profissional; acrescentou que esta situação estava prevista manter por 18 meses, e tinha um encargo anual a rondar os 100 mil euros. Disse que a Câmara Municipal tinha aderido ao Programa de rescisões amigáveis, tendo chegado a acordo com cerca de 10 funcionários, no âmbito desse Programa. Referiu que as Câmaras não podem contratar pessoas, estando serviços com falta de pessoal, pelo que tem colmatado a falta de pessoal através de contratos de emprego de inserção, o que não é a melhor solução, mas é a possível dentro da atual conjuntura. Disse que a Câmara Municipal continua a apostar na formação profissional. Sobre a situação financeira do Município disse que não existem pagamentos em atraso e que o prazo médio de pagamento tinha sido reduzido substancialmente. Referiu que a Câmara tinha passado de uma situação de excesso de endividamento, para uma capacidade de endividamento. Disse ter sido colocado no Gabinete do Município o Espaço do Cidadão tendo o mesmo tido uma boa aceitação por parte dos munícipes. Sobre o Sistema de Gestão de Qualidade disse que o mesmo continua certificado e a cumprir o seu trabalho. Disse que os valores relacionados com urbanismo, licenciamento de obras particulares, loteamentos e registo de alojamento locais, aumentaram no último ano. Informou que estavam em curso várias obras. Disse que as escolas estavam a funcionar dentro da normalidade. Informou de que tinha sido assinado entre o Município de Lagos e a Docapesca um contrato de gestão para a frente ribeirinha. Sobre uma proposta da Assembleia Municipal no sentido de instituir o Julgado de Paz nas Terras do Infante, disse que o assunto está a ser tratado e irá ser presente a uma reunião próxima, da Associação de Municípios.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que uma das principais preocupações do atual Executivo tinha a ver com a situação financeira do



Fl. 213v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

Município e tem sido bem sucedido, no entanto continua a ser uma preocupação e um objetivo.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) proferiu a seguinte intervenção: “Uma vez que não temos muito tempo vou tentar ser o mais sucinto possível relativamente ao balanço da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João. Em primeiro lugar queria manifestar a minha satisfação pela reabertura da Farmácia de Bensafrim em Janeiro deste ano, esta foi uma vitória para a nossa população onde a Junta esteve sempre empenhada na busca de soluções que viabilizassem o futuro deste espaço. Queria também felicitar o Teatro amador “Há Estrela em Bensafrim “, pela sua determinação, pois passados 20 anos uniram-se em torno de um sonho comum, voltar a fazer teatro de revista. Este projeto tem sido um êxito e leva a Bensafrim uma centena de espectadores em cada sessão, onde esta Junta tem facultado todo o apoio que nos é solicitado. Relativamente ao desporto, continuamos a apoiar o Estrela Desportiva de Bensafrim, quer financeiramente, quer através de apoios em materiais, quer através da cedência do complexo desportivo para a prática de todas as modalidades em que participa. Apoiamos o 1.º Duetlo realizado na Mata Nacional de Barão de São João assim como a prova de corta-mato, competição esta, para o calendário regional. Realizamos e apoiamos duas Marchas corridas em Barão de São João. Voltámos a trazer a Bensafrim uma prova do circuito de atletismo que também já está assegurada para o próximo ano. Organizamos um passeio para a população de Bensafrim e Barão de São João à festa das Ruas Floridas no Redondo. Continuamos a apostar nos dois eventos âncora das nossas freguesias, a FETAAL e a Feira do Folar que continuam a atrair e a despertar o interesse de muito visitantes. Realizámos a II Feira do Livro no Parque Urbano de Bensafrim. Organizámos a Festa de Elevação de Bensafrim a Vila onde juntamos também a esta data a festa de encerramento do ano letivo da EB de Bensafrim. Comemoramos o dia Mundial da criança conjuntamente com a EB1 de Bensafrim. Cumprimos mais uma vez a tradição dos Santos Populares quer em Bensafrim quer em Barão de São João. Continuamos a apoiar os Polos de Leitura tanto em Bensafrim como em Barão. Apoiamos a Santa casa da Misericórdia com a cedência de viaturas para a deslocação dos utentes de Barão e Bensafrim de forma a participarem nas diversas atividades que se vão realizando ao longo do ano. Continuamos a apoiar o projeto de guitarras do Algarve com o seu Polo em Barão de São João onde já temos cerca de trinta crianças inscritos, obrigando assim a direção deste projeto a considerar a abertura de mais um polo de forma a dividir as crianças, tornando assim as aulas mais rentáveis. Apoiámos mais uma vez o projeto Viver o Verão onde estiveram inscritas cerca de 50 crianças das nossas Freguesias. Temos em curso e já numa fase final, um concurso público para a admissão de 2 assistentes operacionais e 1 coveiro, de forma a dar resposta às necessidades básicas de uma área tão vasta. Finalmente conseguimos formar uma equipa com 8 CEIS que também nos permitem responder de forma mais rápida e eficaz a todas as solicitações. Também foi uma aposta desta Junta a aquisição de uma carrinha de caixa aberta com tara de 3.500Kg, esta tem sido uma das nossas prioridades, dotar a



junta de meios e recursos para satisfazer as necessidades da nossa população. Quanto aos caminhos rurais, muitos já se encontram intervencionados e os restantes estão a ser também acompanhados e reparados conforme a prioridade. A limpeza das bermas das estradas e caminhos municipais também se encontram praticamente concluídas. Foram feitas várias intervenções na via pública com a colocação de betuminoso. Foram substituídos numa 1.ª fase alguns abrigos de passageiros e aguardamos numa 2.ª fase a substituição dos restantes de forma a proteger aqueles que utilizam os transportes públicos como meio de deslocação. Centralizámos os serviços administrativos, serviços de Correios, medicina e enfermagem num só edifício em Barão (antiga Junta de Barão de São João) de forma a aproveitar um espaço praticamente novo que oferece melhores condições aos profissionais de saúde e à população de Barão de São João, estando também em estudo a recuperação do antigo edifício da Junta para um posto de informação turístico e simultaneamente um ponto de promoção dos produtos regionais locais. Requalificámos o jardim junto à paragem em Barão de S. João; Foram recuperados os bancos de jardim na rua principal de Barão; Estamos a requalificar os poços públicos em Barão. Temos em curso um projeto de hortas sociais; Estamos a requalificar o polidesportivo de Bensafrim; Encontra-se também em curso a substituição do sistema de rega do campo sintético em Bensafrim. Iniciámos também concurso para a aquisição de Skates Parque para Bensafrim e Barão, assim como equipamento de ginástica ao ar livre. Fizemos uma intervenção de fundo na EB1 de Bensafrim, quer na limpeza dos espaços, quer na regularização de paredes e muros envolventes e toda a pintura de forma a garantir a abertura do ano letivo em pleno. Para concluir, queria congratular-me com a sensibilidade da Câmara Municipal para com as nossas preocupações e é por isto que vale a pena estar nestes lugares, sentimos que todos estão a trabalhar da melhor forma para servir as populações. Brevemente teremos a beneficiação da estrada que liga Espiche a Barão de São João, concurso que já foi publicado no diário da República e que deverá estar concluído até ao final deste ano. A ampliação do cemitério novo de Bensafrim era também um assunto que nos preocupava bastante e já temos a garantia da Câmara Municipal que será uma realidade. Penso que de forma resumida está feito o ponto de situação deste ano de 2015 relativamente à União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	21.11

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) proferiu a seguinte intervenção: “Passados dois anos de mandato, continuamos a nos deparar, como havia citado há um ano atrás, com uma Freguesia com muitos problemas sociais. Embora já possamos avistar alguns sinais, sinais esses muito



Fl. 214v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

ténues e indicadores de uma pequena melhoria na vida das pessoas, esta é uma Freguesia onde o desemprego ainda impera, onde o ramo da construção mais contribui para esse flagelo e onde muitos Odiaxerenses, assim como por esse País fora, viraram-se para outros ramos como a agricultura, sendo esta essencialmente de sustento. Na senda daquilo que defendemos e que temos vindo a fazer, o papel da Freguesia de Odiáxere sempre foi e será de cariz essencialmente social. Para nós a pessoas serão sempre a nossa maior preocupação. Nesta Freguesia onde ainda existe, infelizmente, muita pobreza, não faria qualquer sentido que assim não fosse. Não posso aqui deixar de relevar o excelente e meritório trabalho social que a Câmara Municipal tem feito neste mandato. Não quero aqui deixar de reforçar a ideia de que o Odiáxere continua vivo e bem vivo quando falamos de associativismo. Independentemente das grandes dificuldades que atravessámos e continuamos a atravessar, as nossas coletividades tiveram e têm um papel absolutamente fundamental nesta fase conturbada da nossa vida coletiva. Apesar de todas as dificuldades socioeconómicas, isso fez com que se empenhassem ainda mais. A perseverança, o empenho e a dedicação destas pessoas, Odiaxerenses e não só, enquanto Presidente de Junta, enchem-me de orgulho. Mas naturalmente que nem tudo são rosas, pois, as rosas também têm espinhos. Muita coisa falta fazer em Odiáxere, entre elas principalmente os arruamentos e a sua repavimentação. Com os poucos recursos da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal sempre deu e continuará a dar o seu apoio prevendo-se grandes melhorias para o próximo ano. Certo é que tendo esta Junta como principal preocupação as pessoas, também a situação financeira da Junta nos preocupa e muito. Após um ano transato muitíssimo difícil em termos de finanças, onde a simples manutenção do nosso património custa demasiado para as receitas diminutas que temos. Tenho que deixar aqui o meu agradecimento, mais uma vez, à Câmara Municipal, pelo ajuste orçamental que foi feito para as transferências referentes aos contratos de execução celebrados. A larga maioria dos nossos concidadãos não tem a noção de que a Junta de Freguesia de Odiáxere, sem estas transferências por parte da Câmara Municipal, estaria tecnicamente falida. Este esforço adicional só se deve ao excelente trabalho por parte da Câmara Municipal, encabeçado pelo Sr. Vice-Presidente, que de uma forma competente e rigorosa tem conduzido as finanças do nosso Município exemplarmente. Enfim, muito haveria mais a dizer, mas citando o nosso eterno José Saramago: “Nada está definitivamente perdido, as vitórias parecem-se muito com as derrotas. Nem umas nem outras são definitivas.” É precisamente por isso que lutamos todos os dias, para conseguir grandes vitórias, por mais pequenas que possam parecer e para suprimir as derrotas dando-nos força para continuar. Para que possamos todos dizer orgulhosamente “Sou Odiaxerense!”.”-----

-----O Sr. Victor Mata (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) proferiu a seguinte intervenção: “Prosseguimos cumprindo rigorosamente o Acordo de Execução, com que nos comprometemos. São cinco cláusulas que ocupam todo o tempo dos funcionários que se encontram no ativo, sendo que dois funcionários se encontram há vários meses com baixa médica e em vias de se reformarem. Não há, por isso, possibilidade de os substituir, embora os respetivos honorários sejam na



integra suportados por esta Junta de Freguesia. Congratulamo-nos por finalmente se darem como concluídas as obras da conduta e pavimentação da Rua do Cemitério, de várias ruas da Luz, de Espiche e de Almádena, assim como o recomeço das obras na Estrada Nacional 125 e do asfaltamento, ainda previsto para o corrente ano, da Estrada Municipal Espiche/Barão de São João. Também as várias falhas na calçada, provocadas por reparações de condutas e roturas de água serão brevemente repostas. Numa colaboração conjunta com a Câmara Municipal, a Proteção Civil e a Junta de Freguesia procedemos ao desbaste e limpeza da vala a sul do Hotel Luz Bay, com a segunda intenção de, em paralelo, preparar um caminho pedonal que encurte o percurso do parque de estacionamento ali existente até à praia. Encontraram as revistas de informação turística “Tomorrow” e “Inside”, motivos para informar e divulgar a Luz, com tiragem de cerca de 4 500 exemplares mensais, com artigos escritos de apoio ao desporto (Triatlo) e as festas de verão, projetando-as, assim, internacionalmente, motivo que nos leva a prosseguir, melhorando a programação, a apresentação ao nível que a vila merece. Assim, esperamos continuar a contar com o apoio recíproco da paróquia e das coletividades da Luz, de Espiche e de Almádena, que bem têm demonstrado a sua vontade nas diversas organizações ao longo dos anos. De um modo geral, tendo em conta algumas adversidades, consideramos positivo o nosso esforço, procurando continuar no sentido de que o estado da luz é continuar acesa.”-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) proferiu a seguinte intervenção: “A avaliação do estado do município está inserida dentro dos princípios democráticos que regulam o nosso país e definem também o funcionamento do poder local. Daí a importância de estarmos a exercer hoje nesta assembleia municipal a democracia, que os lacobrigenses escolheram livremente nas urnas. Todos sabemos que a democracia é liberdade, rigor e responsabilidade, mas também tem que ser tranquilidade e respeito pela decisão dos que nos elegeram, só assim se pode assegurar a igualdade de oportunidades para todos e sobretudo focarmos e orientarmos as nossas decisões ou posições políticas para as necessidades, exigências e expectativas dos nossos concidadãos. A história do poder local diz-nos que são as autarquias através dos seus órgãos, câmara municipal e assembleia municipal, o garante da proximidade ao cidadão comum, daí a importância que os conceitos, administração e fiscalização devem assumir na avaliação que se faz hoje nesta sessão da assembleia municipal sobre o estado do município. Para debater politicamente um assunto, um tema, um estado, como Nuno Rogeiro, que nos diz: «é importante saber o que é a política hoje? Para eventualmente saber o que foi a política de ontem, e especular sobre o que será amanhã». (in Livro: O que é a política). Por analogia, a política de hoje levada a cabo pelo Partido Socialista em Lagos é o resultado de um projeto político que levou ao endividamento e compromissos da autarquia em mais de 100 milhões euros por quinze a vinte anos, condicionando e limitando atualmente a atuação da Câmara Municipal e naturalmente a vida de todos os Lacobrigenses. O PSD local, sempre alertou nos diferentes órgãos municipais, inclusive nas sessões referentes ao estado do município para o modelo e concentração de investimento subjacente à estratégia socialista, para as obras



Fl. 215v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

desnecessárias, para a relação de custo benefício de muitos dos investimentos realizados, entre outros aspetos. Por isso a política de hoje não está e não pode estar dissociada do passado recente em Lagos, contudo reconhecemos o esforço que o atual executivo municipal tem feito ao nível da estabilização das finanças da autarquia, onde o controlo da despesa associado às medidas governamentais vigentes (ex. lei dos compromissos), mas também as elevadas receitas de IMI, IMT, tarifário da água e outras taxas e impostos têm sido suficientes para honrar as dívidas e compromissos assumidos. Mas no plano do investimento municipal, o mesmo tem sido praticamente nulo, o que coloca em causa o normal funcionamento e consequentemente os serviços prestados aos munícipes, assim como grande parte da rede infraestruturas municipais, não tanto em novas construções ou obras, mas sobretudo na manutenção das existentes. Nós consideramos que município necessita urgentemente de um plano estratégico de intervenção, no qual seja feito um diagnóstico profundo da realidade atual do concelho e onde se possam estabelecer prioridades de atuação, sob pena de no futuro ainda sermos mais confrontados com que a herança do passado. Porque todos sabemos que as receitas não estarão sempre a crescer, basta considerar o desaparecimento do IMT, a atual crise na construção provocará a estagnação ou diminuição do IMI já a partir de 2018 ou mesmo sufoco das empresas e famílias com tantas taxas e impostos. Por outro lado, a despesa municipal tende a aumentar, pois como referimos existe um conjunto de intervenções de investimento para manter infraestruturas, equipamentos e serviços a funcionar que têm que ser considerados e naturalmente executados. Nesta linha de intervenção e para este debate relativo ao estado do município escolhemos alguns temas, sobre os quais gostaríamos de ouvir qual a opinião e posição que o executivo municipal e as diferentes bancadas têm sobre os mesmos: 1. As questões da transparência democrática e relação entre órgãos, nomeadamente a Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Como exemplo o pedido de presença do executivo na 1.ª Comissão da Assembleia para reunião sobre as grandes opções do plano e orçamento para 2016, que não foi possível realizar por falta de agenda do executivo municipal. Outro exemplo foi o tratamento que a Câmara Municipal deu à proposta da assembleia sobre de aplicação do regime especial de regularização de unidades produtivas no concelho de Lagos (Decreto-lei 165/2014, de 5 de Novembro), que não deu qualquer resposta à Assembleia Municipal, mesmo após sucessivas solicitações. Esta situação é reveladora, esclarecedora e um bom exemplo de determinadas discussões políticas que aqui temos na assembleia municipal sobre as (várias) não respostas do órgão executivo que é a Câmara Municipal ao órgão fiscalizador que é a Assembleia Municipal, o que é muito grave! 2. Qual a estratégia e custos de intervenção na rede viária municipal manutenção e requalificação da maioria dos caminhos municipais que se encontram degradados – Ex. Estrada do vale da lama, Estrada de Espiche; 3. Qual a estratégia e custos de intervenção na rede águas e esgotos (zonas de perímetro urbano como o centro histórico de Lagos e outros núcleos urbanos, assim como manutenções em estações elevatórias de águas e esgotos); 4. Qual a estratégia e custos para a diminuição das perdas de água que são superiores neste momento a 30%;



(representam cerca de 1.300.000,00 de euros ano); 5. Qual a estratégia e custos de intervenção ao nível da limpeza municipal a todos os níveis (Ex. lixo prolifera junto aos pontos de recolha, respostas às recolhas de verdes e monos); 6. Qual é a estratégia para o desporto e a política desportiva para o concelho de Lagos, e se a mesma vai além do plano de subsídios que a bancada do Partido Socialista referiu aqui na outra Sessão da Assembleia Municipal; Concluimos - Vivemos um tempo em que o respeito pela democracia e responsabilidade política está na ordem do dia, em que ninguém deve ficar de fora. Porque a democracia e a responsabilidade política não podem apenas estar presente no apelo ao voto em período de eleições, mas sim todos os dias a seguir à eleição, é isso que os nossos concidadãos esperam de nós políticos enquanto eleitos. Todos temos a obrigação política e moral de estar à altura do mandato que nos é confiado, mas tal só é conseguido se existir uma boa articulação e entendimento entre os diferentes órgãos municipais, este é o tempo e o momento de refletirmos sobre isso nesta assembleia, porque todos estamos aqui para cumprir a nossa função, e o bem-estar da população de Lagos merece isso.”----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) proferiu a seguinte intervenção: “As contas da Câmara conhecem uma evolução positiva e numa forma generalista a Câmara Municipal de Lagos tem vindo a melhorar as contas da cidade muito à custa da penalização dos contribuintes através dos impostos. Na comparação das contas de julho da autarquia, verifica-se um acréscimo de receita sendo que no início se verificou um acréscimo de 3% em relação a 2014 e conheceu um aumento de 15% em relação a igual período do ano transato. Confirmando esta penalização as receitas de participação no IRS conheceram igualmente um acréscimo de 15%. Numa forma global as receitas tiveram um crescimento de 5% e no lado das despesas, se relativamente nos gastos com o pessoal existe uma evolução positiva, verificamos que na aquisição de bens e serviços houve um acréscimo de 11%, representando 1 milhão de euros, os quais questionamos relativamente à sua constituição. O panorama das contas do Município em julho faz-nos questionar sobre a razão pela qual não se deixou passar nesta Assembleia, a proposta de redução de IMI para famílias com filhos, ao que mais de metade dos Municípios aprovou, dando uma folga fiscal a quem se debate com dificuldades para continuarem a investir no rejuvenescimento da sociedade e na educação da mesma. Lamentamos esse facto e colocamos à consciência a capacidade de na próxima altura oportuna, reverem a posição. Um motivo de preocupação da gestão do Município é a percentagem das perdas de água que existem atualmente, de facto dos 28,89% de 2009, passamos a 36,78% em maio de 2015. Ao calcularmos os custos desta realidade chegamos a um valor anual de 1 milhão de euros pagos sem benefício. No caso vertente um investimento de 1 milhão de euros na rede de abastecimento de águas irá produzir uma poupança inequívoca e não querendo ser megalómano mesmo que se recupere o investimento em dois anos será um ato de gestão da maior necessidade para o Concelho. Obter receitas através de impostos é um ato que é fácil de fazer, reduzir gastos é um desafio que manifestamente deveria provocar maior incentivo a quem gere, mais a mais sendo uma forma de aliviar ou promover melhores condições de vida. Vindo de uma filosofia despesista chegou-se



Fl. 216v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

agora ao momento em que se trava por demais as necessidades dos lacobrigenses a vários níveis e que exporei, em parte, nesta intervenção. A repavimentação de algumas ruas do centro, a reparação da Ponte D. Maria II, quanto a nós uma acessibilidade âncora da cidade e que foi tardiamente concretizada com muitas questões pelo meio. Cumpre referir que muitas das obras de reconstrução pecaram por atempadamente não terem sido efetuadas as intervenções de manutenção necessárias provocando custos acrescidos com privação da sua visibilidade com prejuízos para a economia local e que nestas circunstâncias se transportam para a imagem da cidade, sito o exemplo da Igreja de Santo António. Lamentamos voltar a um tema não grato do Executivo e que tem a ver com a forma opaca com que são tratadas algumas matérias levando a especulações e entendimentos que em nada eleva o funcionamento das Instituições. Serve este comentário para relembrar que a convocatória dos Partidos ou movimentos políticos para se pronunciarem, ou sugerirem, sobre temas que estão definidos à partida, falo das GOP e Orçamento para 2016, o Estatuto do Direito à Oposição é um instrumento cujo o espírito deverá ser respeitado em prol das boas práticas democráticas, conforme o Decreto-Lei 24/98, artigo 5.º, n.º 4 e a Lei 75/2013, na alínea c) do ponto 1 do artigo 33.º. No caso vertente, e não tendo conhecimento que esta Câmara tenha elaborado, apreciado ou deliberado sobre qualquer proposta de Plano e Orçamento para 2016, a sujeitar à audição dos Partidos Políticos. Limpeza da cidade. Uma das maiores queixas dos cidadãos é o cheiro que provém dos contentores de resíduos sólidos urbanos; quem passa por alguns dos espaços nobres da cidade tem um cartão de visita rasgado, sendo que os estabelecimentos são penalizados por essa situação, no entanto, muitas outras zonas da cidade com ilhas ecológicas, ecológicas entre aspas, cujo o cheiro nauseabundo nada de bom oferece ao transeunte ou utilizador, também se constata este postal. Os contentores não são lavados e desinfetados, a preocupação pela salubridade e saúde deve ser um dos princípios essenciais do Município. Quando e como irão solucionar esta degradante realidade? Terminal rodoviário. O espaço envolvente ao terminal rodoviário encontra-se degradado e manifesta falta de um visual novo. O pavimento encontra-se num estado deplorável e o estacionamento sem regras criam uma poluição visual a que todos estamos sujeitos. Tem-nos vindo igualmente ao conhecimento queixas sobre o facto de haver escolas sem água quente, Gil Eanes, nomeadamente, em que as crianças terminam as suas aulas de educação física e não têm o conforto de um duche quente. É na escola que os nossos jovens têm por vezes o primeiro contato com algumas atividades e deve a mesma cuidar para que existam condições para as mesmas se sentirem motivadas e por ventura bem sucedidas no futuro. Igualmente a situação relativamente à eletricidade que é cortada e as pessoas que se levam para irem trabalhar pela manhã necessitam de andar pela própria cidade com lanternas para conseguirem chegar aos postos de trabalho.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) preferiu a seguinte intervenção, a qual fez acompanhar pelas fotos a seguir apresentadas: “O número de roturas - neste caso duas de grande dimensão em menos de uma semana - na rede água municipal são cada vez mais constantes, e nem sempre é dada a resposta rápida na solução dos



problemas. Temos uma rede velha e a rebentar pelas costuras, o dinheiro evaporou-se em obras e luxos megalómanos, as infraestruturas mais importantes, foram deixadas de lado, porque ficavam debaixo da terra e não davam nas vistas na caça ao voto destes mais de 14 anos de gestão do Partido Socialista. Um município que se dá ao luxo de perder em roturas na rede de abastecimento de água quase 40% da água que compra à Águas do Algarve e que ainda distribui, sobretudo pelas chefias com ligações à cobrança, em execução fiscal, uma participação nas custas judiciais em valores na ordem dos 10 000,00 €/ano, para além da respetiva retribuição e prémios, mostra que os consumidores e os munícipes em geral são a última parte desta equação de gestão de um serviço público essencial. Nesta matéria é assim, mas há outras por onde olhar. Como muitos sabem, estão a ser repavimentadas, com asfalto, alguma das ruas do Centro Histórico, porém a falta de estratégia de gestão, não aproveitou para fazer duas obras fundamentais: 1 - Aproveitar para substituir canalizações com mais de 50 anos, algumas delas em tubagem de fibrocimento (C/amianto); pois diminuía o risco de roturas, como a que se verificou na semana passada na Rua Professor Luís de Azevedo. 2 - Outra obra a fazer, seria a de aproveitar este levantamento das calçadas para separar os esgotos (águas sujas) das águas pluviais. Uma oportunidade perdida de melhorar evitando mais avultados gastos, a fazer remendos e a pagar à ETAR, o tratamento das águas pluviais canalizadas juntamente com os esgotos. Mais tarde ou mais cedo, será inevitável substituir as redes de águas e de esgotos. Nessa altura pagaremos, novamente a abertura de valas e a repavimentação. Tudo porque o dinheiro entrou, mas saiu para muitos sítios e muitos objetivos, mas poucas vezes para os serviços e necessidades mais essenciais das populações. Por falar de esgotos, queixa-se a população de Barão de São João do mau funcionamento da sua ETAR, a qual está a descarregar esgotos não tratados na Ribeira, colocando em risco a saúde das populações, além de criar um ambiente nauseabundo para quem vive mais perto dela. As últimas fotografias dizem respeito a essa situação.”-----





Fl. 217v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS







Fl. 218v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS







Fl. 219v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS





-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) proferiu a seguinte intervenção: “A CDU analisa nesta Assembleia Municipal e emite opinião pública sobre o Estado do Município de Lagos em 2015, com a consciência da responsabilidade de o fazer no cumprimento dos compromissos eleitorais assumidos pelos seus eleitos perante a população do Concelho. A questão é que a primeira responsabilidade a que nos comprometemos, é a de respeitar e cumprir fielmente os princípios democráticos em todas as nossas atitudes e iniciativas, assim como em relação a situações provindas quer de outras entidades da comunidade lacobrigense e dos seus órgãos autárquicos, quer de organismos de governo. Assim, não podemos deixar de referir que, na apreciação do Estado do Município, se verifica, em relação aos órgãos autárquicos municipais, uma apreciável melhoria no nível de qualidade democrática e independência no funcionamento e na ação da Assembleia Municipal. Acentuamos que este facto é diretamente resultante da composição plural e sem hegemonias da Assembleia, verdadeiramente representativa das várias sensibilidades e dos diferentes sectores de opinião e interesses da população. A CDU reconhece e tem contribuído ativamente para isso, que a Assembleia Municipal tem sabido assumir, nas suas iniciativas, deliberações, propostas e recomendações, a competência, que a lei lhe atribui e a democracia exige, de pugnar com isenção, quer na defesa dos interesses e da qualidade de vida da população, quer face à solução dos problemas que identifica no Concelho. A mesma atitude se aplica também perante propostas oriundas da Câmara Municipal ou ainda acerca de comportamentos e iniciativas do governo, com influência ao nível local, regional ou nacional. Em relação ao governo,



Fl. 220v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

a Assembleia Municipal manifestou com clareza a sua oposição nos mais variados assuntos contrários aos referidos interesses, como sejam, entre outros, os ataques à autonomia do Poder Local, a má política de saúde com destaque para os prejuízos nos serviços prestados aos cidadãos pelos hospitais de Lagos e Portimão, as portagens da via do Infante, a agregação de freguesias contra a opinião das populações, o abandono ou atraso das obras na EN125, a deslocação para Sines da administração dos portos comerciais algarvios. Em relação ao funcionamento da Câmara Municipal, continua em Lagos o desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, que define claramente a Câmara Municipal como um órgão executivo colegial, isto é, onde todos os seus membros têm rigorosamente os mesmos direitos e competências constitucionais, e, além disso, a maioria PS da Câmara Municipal continua a manter, perante esta Assembleia, uma postura de desatenção e de respeito apenas formal. Por outro lado, como a primeira exigência que se faz na política, como na vida, é a honestidade intelectual, há que afirmar que compete ao PS assumir toda a responsabilidade pelas políticas que conduziram à situação em que o Município se encontra, com continuação de um clima geral de insegurança acerca do presente, que se ignora e de desconhecimento sobre o futuro, que lhe é escamoteado. Esta realidade deriva diretamente do secretismo em que se mantêm as intenções, prioridades e métodos da Câmara Municipal, cujos processos se baseiam na falta de planeamento e, portanto, em obras e iniciativas pontuais, desligadas de uma visão global e de um verdadeiro projeto de cidade abrangendo o Concelho, que fosse participado, conhecido, adotado e prosseguido pela capacidade e energia criativa da população e das suas organizações. Foi assim que se perdeu um ano, em que se arrastaram problemas urgentes vindos dos anos anteriores, tais como: projeto para remodelação e ampliação do porto, a mudança do posto da GNR, a conclusão das obras e a variante de Odiáxere da EN125, a transferência para a posse municipal do forte da Meia Praia, da faixa urbana da margem direita da ribeira de Bensafrim, do terreno, declarado de interesse público, do bairro chamado dos índios da Meia Praia, a classificação da ria de Alvor, os Planos de Urbanização da Luz e do Odiáxere, de proteção da Costa D'Oiro, de Pormenor de Burgau, a revisão do PEL, Plano Estratégico de Lagos, dos Planos Municipais do Turismo, do Ambiente, do Desporto, entre outras situações. No entanto, os munícipes de Lagos, continuaram em 2015 sobrecarregados com a violência das tarifas, taxas e licenças, cujas receitas foram utilizadas para pagar as dívidas contraídas pela Câmara Municipal e da responsabilidade do PS, que tinham resultado na aplicação obrigatória por lei de um Plano de Ajustamento Financeiro, cujas condições estão provocando gravosas consequências para os munícipes, para os trabalhadores do município, para os agentes culturais, desportivos e sociais, para as juntas de freguesia e para o tecido empresarial do concelho, em particular as micro e pequenas empresas. O acesso a este dinheiro do PAF, impôs, na prática, que nos primeiros 5 anos a Câmara tivesse ficado impedida de realizar obras e investimentos significativos, só possíveis através do recurso a candidaturas a fundos comunitários, que têm que se sujeitar a vontades e condições exteriores e não apenas a decisões locais. Em vésperas de preparação do Plano e Orçamento para 2016, a CDU, consciente dos tremendos problemas criados



pela gestão PS na Câmara de Lagos e pela legislação do governo PSD/CDS, pretende que este novo Plano e Orçamento preparem, para a vida do Município em 2016, uma situação na qual sejam abandonados os métodos antidemocráticos do segredo e das decisões de gabinete e passe a ser transparente aos olhos de todos os eleitos e dos munícipes. Por outras palavras, que seja tudo orientado para a formação na população de uma opinião pública fundamentada, construída através de uma informação atempada, rigorosa e credível, assim promovendo a indispensável e conhecedora participação pública nas discussões e decisões sobre o Município, na via das corretas soluções dos problemas no interesse geral. Em suma, para que toda a vida do Município seja estruturalmente democrática.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) proferiu a seguinte intervenção: “Começamos o debate do Estado do Município com “As Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino: Marco Polo acaba de descrever a ponte, pedra por pedra, de uma cidade que visitou. - Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? pergunta o Kublai Khan. - A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra, responde Marco Polo, mas pela curva do arco que as pedras formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: - Por que falar então das pedras? Só me interessa o arco. Marco Polo, calmo, responde-lhe: - Sem pedras, o arco não existe. Sr. Presidente e membros da Mesa da AM, Caros companheiros, membros da AM, Sra. Presidente e srs. Vereadores da CM. Este é o segundo debate da atual AM sobre o Estado do Município; com ele, também, se inicia a segunda parte do atual mandato. Este é o momento de sabermos se as pedras da participação dos cidadãos e da democracia dos órgãos municipais fazem, em Lagos, o arco da ponte. Na anterior intervenção sobre o estado do Município, cuidamos de salientar a posição da Coligação TSL como “oposição de diálogo”. Não tendo participado nas anteriores gestões municipais, a TSL, para surpresas de muitos, apresentou-se aqui como solução e não como protesto. Durante estes dois anos, em nenhum momento, e sempre com coerência de análise, a TSL não impediu que a CM concertasse os desconcertos da anterior gestão, mesmo se os atuais responsáveis tivessem participado, em maior ou menor grau, no quase descalabro financeiro do Município e numa reconhecida decadência da vida democrática. Quando chegou à AM, a TSL encontrou uma democracia local de baixa densidade e uma gestão politicamente débil. Nestes dois anos, não deixou, porém, de colaborar com os responsáveis pelo PAEL/PAF para a recuperação financeira do Município e de levantar a voz para aumentar a densidade democrática da governação municipal. Por isso, “da nossa vida a meio da jornada”, diria Dante na sua Divina Comédia, neste virar de tempo de mandato, a TSL entende que uma nova etapa se deve abrir para o bom estado do município, cumprindo dois objetivos até final do mandato: O primeiro, a recuperação anímica de uma Cidade que adormeceu a sua cidadania. O segundo, o reforço da imagem democrática dos órgãos municipais, CM e AM. Dado o limitado tempo de intervenção, vamos, nesta primeira parte, só enunciar o primeiro objetivo, a saber: O objetivo da recuperação anímica de uma Cidade cuja alma se foi dissolvendo ao longo dos anos nas estruturas burocráticas e técnicas, na alienação ou enquadramento da participação pública, na ausência de uma vida comunitária e



Fl. 221v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

de bairro, sem esquecer a aridez crescente do eco ambiente municipal. A gestão municipal tem optado por uma anomia política, fazendo da sua atividade um mero exercício executivo. A intervenção inicial da CM neste debate foi disto um claro exemplo. Nenhuma ideia para o futuro da cidade e do município. Falou do exercício do poder do presente. A TSL reconhece publicamente, neste debate, o trabalho de recuperação financeira do Município, bem como o incremento de muitas áreas sociais. É nossa opinião que ao paradigma da atual gestão municipal vai faltando força para renovar a Cidade e o Município. Longos anos de poder retiraram ao PS a capacidade para a “utopia urbana”; mecanizou-se na administração das pedras e desaprendeu a curvatura do arco. E daí, também, o silêncio assustador da maioria dos seus membros na AM, o que diz bem da debilidade política da gestão municipal da sua Câmara. Assim, apesar das contas mais acertadas e de uma ação social silenciosa, mas ativa, a presença política vai-se esfumando da memória dos habitantes e ocupantes da cidade e do concelho. E, pior, há áreas em que a política quase desapareceu da vista dos cidadãos. A mais exemplar é a do eco ambiente, onde a uma insensata e não pensada arborização de espaços públicos em zonas habitacionais urbanizadas, se acrescenta a degradação dos mini – espaços públicos, começando a dar da cidade a imagem de “cidade sem pitoresco, sem vegetação e sem alma”, como dissera Camus da sua cidade natal. Há dias, ouvimos, aqui, membros da população reclamar do ruído na cidade. Parece-nos a todos que é um assunto de somenos, o do ruído. Mas, não é. É antes paradigmático do que queremos, ou não queremos, fazer para a tão decantada qualidade de vida, para a recuperação da vivência do centro histórico, para a sanidade coletiva da economia e do turismo. Não se fomenta uma cidade contra o direito e o desejo dos seus cidadãos. Temos planos para quase tudo; falta-nos, porém, o plano para recuperar a vida anímica da cidade. Pierre Ronsavallon escreveu no seu mais recente livro, “Le bon gouvernement”, isto é, o bom governo, o seguinte: “Para os cidadãos, o falhanço da democracia significa não serem escutados, verem decisões tomadas sem serem consultados, membros eleitos locais não assumirem as suas responsabilidades, o mundo político e autárquico a viver em recinto fechado, o funcionamento administrativo a continuar opaco”. A repetirem-se aqui tais circunstâncias, havendo mesmo pedras, não haverá a curva do arco. E, aqui, terminamos a primeira parte da nossa intervenção.”-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) proferiu a seguinte intervenção: “A Bancada do Bloco de Esquerda gostaria, antes de mais, de manifestar solidariedade para com todos aqueles que são oprimidos e hoje em especial para com Luaty Beirão e os restantes presos políticos em Angola. Neste último mandato, a contenção orçamental a que o município de Lagos se viu obrigado serviu de travão aos elefantes do regime, mas não os matou, eles continuam aí a exigir verbas avultadas, como, por exemplo, os famigerados parques de estacionamento subterrâneos. Investimentos avultados que impediram a canalização de recursos para o desenvolvimento mais sustentável da cidade e das esquecidas Freguesias. ALGUMAS BATALHAS foram ganhas pelo BLOCO DE ESQUERDA, donde destacamos a implementação do Orçamento Participativo, que acreditamos, irá



consciencializar os cidadãos lacobrigenses para a importância da sua participação na coisa pública. A Proteção do Sapal da Ribeira de Bensafrim está consagrada no Plano Diretor Municipal, ainda que de forma insuficiente e limitada, foi outra das lutas travadas pelo Bloco e ganhas. Mas ainda assim, com ou sem dinheiro, com ou sem PDM, há inúmeras tarefas pela nossa frente, para ajudarmos a construir um concelho de Lagos mais humano, justo e dinâmico. As lutas por uma sociedade mais equilibrada não têm fim. Vejamos a CULTURA, tão menosprezada e tão importante para o crescimento intelectual dos nossos jovens e cidadãos. Temos uma Biblioteca Municipal sem eficaz funcionamento nas restantes Freguesias, com polos que funcionem de forma abrangente, sobretudo para os mais jovens. Temos uma Biblioteca Municipal sem catálogo online, uma exigência do séc. XXI e com um horário de funcionamento que inclui paragem de almoço e encerramento em período de maior disponibilidade de consulta dos potenciais utentes. O Centro Cultural de Lagos também padece do mesmo mal dos horários e a sua agenda e promoção são limitadas e sem capacidade de atratividade permanente. É preciso investir mais, nestes recursos. As estruturas militares de Lagos (forte da Meia Praia, muralhas da cidade, trem de cavalaria...), únicas no Algarve, têm grandes parcelas ao abandono e não parece haver interesse em proteger este monumento nacional e o mesmo poderemos afirmar para a igreja de S. Sebastião, também monumento nacional e igualmente esquecida. E o que dizer do património arqueológico? Monte Molião fechado; a barragem romana da Fonte Coberta tristemente abandonada na berma de estradas principais; termas da Praia da Luz sem visibilidade; e até a antiga gafaria, recentemente posta a descoberto já denota sinais de abandono. O mesmo para a reabilitação urbana do centro histórico intramuralhas. Nada! Zero! Um caos de edificações e de poluição visual sem regras e pudor. Reabilitação de conjuntos inteiros, como ruas ou quarteirões é algo a que não assistimos, permitindo a degradação de edifícios históricos e o nascimento de outros sem qualquer valor cultural. É preciso mais e melhor. A MOBILIDADE do concelho teria muito a ganhar com o reforço do transporte coletivo, alargando horários e percursos da ONDA e promovendo o seu uso, através de publicidade e tarifas acessíveis. Porém, se aqui alguns passos foram dados, na questão da chamada mobilidade leve, que permite o uso de bicicletas, nada se fez. A ECOVIA do Algarve é uma ficção sem nexos e sem pistas próprias que protejam os seus utilizadores; no espaço urbano nada se desenvolver para permitir o uso deste meio de transporte e quase nada para a ligação entre a cidade e as respetivas sedes de freguesias e nem sequer os pontos de maior interesse turístico como a Meia Praia ou a Ponta da Piedade. No campo da ENERGIA também há um longo caminho a percorrer. Já se começaram a colocar lâmpadas LED nas principais vias e nalgumas ruas, mas é preciso universalizar o processo, para que esse investimento permita poupanças reais. Também os regulamentos municipais devem incentivar o recurso às energias renováveis, nomeadamente as solares, sejam nos edifícios públicos, seja nas edificações particulares.”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que que o Verão correu bem, tendo-se verificado a presença de muitos turistas em Lagos,



Fl. 222v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

tendo chegado à Câmara Municipal, alguns reconhecimentos da qualidade do Município, o que prova que Lagos esteve na moda durante o passado Verão e vai continuar a estar porque é para isso que o Executivo trabalha. Referiu que Lagos é um grande destino turístico e reconheceu que muito há para fazer em Lagos, mas a imagem que os Membros da Assembleia Municipal dão de Lagos, nas intervenções proferidas nesta Sessão, é uma imagem que em nada honra o Município. Afirmou que a política é a atividade do serviço público de servir as populações e de servir as populações com os meios existentes em determinado tempo e em determinado lugar. Disse que nos tempos de crise, em que se vive, a Câmara Municipal muito tem trabalhado e esforçado para dar as respostas que dão, quotidianamente com as possibilidades que têm, aos Municípes e ao Município. Referiu que a maior parte da população se ouvisse a oposição que foi feita nesta Sessão, de certeza que não concordaria com a mesma, uma vez que a Câmara Municipal tem estado a fazer um bom trabalho, retomando a autonomia financeira da Câmara Municipal e a preparar o futuro.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, referindo-se à intervenção do Sr. Fernando Marreiro, disse dispensar as lições deste, de ética política. Sobre a intervenção da Sra. Manuela Goes, disse que só compreendia a intervenção pelo facto de a mesma participar pouco nas Sessões da Assembleia Municipal. Disse que não deve ter acompanhado a Biblioteca Municipal nos últimos anos e o trabalho que tem sido feito na Biblioteca, alvo de elogios por parte de muitos órgãos da comunicação social. Referiu que foram ditas muitas inverdades relativamente à cultura e património.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que ao ouvir as intervenções dos senhores Membros da Assembleia Municipal, parecia-lhe que estavam a intervir no âmbito da Informação escrita da Sra. Presidente à Assembleia Municipal. Sobre a transparência democrática, referida pelo Sr. Fernando Marreiro, disse que gostava que o mesmo especificasse melhor o assunto. Disse que a reparação de algumas ruas do Centro Histórico, está a ser feita da maneira que está porque está a seguir uma estratégica, sendo que estão previstos melhoramentos em outras ruas do Concelho. Relativamente a intervenções a realizar na rede de água e de esgotos disse que é um assunto que está a ser estudado porque a ninguém dá gozo verificar um aumento nas perdas de água. Disse que em outubro de 2014, as perdas de água situavam-se na ordem dos 25%, sendo que em 2015, em período homólogo, as perdas de água subiram 1%. Sobre limpeza de contentores disse que está um procedimento em curso relativamente ao assunto, sendo que não ajuda à situação a falta de pessoal com a qual se depara a Câmara Municipal. Referindo-se às instalações da GNR em Lagos, informou que esta força de segurança está a trabalhar no sentido de tratar das instalações cedidas pela Câmara Municipal para as novas instalações da GNR em Lagos. Sobre árvores disse que a maior parte das árvores existente, não foram colocadas pelo atual Executivo, tendo acrescentando que algumas são muito frágeis e causam, por vezes, incidentes, pelo que algumas vão ser substituídas brevemente. Referiu que a iluminação pública vai ser alvo de um melhoramento.-----



-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 18 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 37 minutos.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) proferiu a seguinte intervenção: “O incentivo à ECONOMIA LOCAL deve combater a sazonalidade turística, alargando o leque sol e praia, para turismo de saúde, turismo acessível para pessoas com necessidades especiais, ecoturismo e turismo cultural e gastronómico. Aqui, podemos reconhecer o esforço feito pela dinamização de roteiros patrimoniais realizados por técnicos camarários. Uma receita que se deveria alargar a todo o Concelho e com incidência ao longo do ano. Que o turismo é motor da economia local, já o sabemos, mas é preciso agregar-lhe valor e setores da economia, é preciso criar um posto de turismo na Praia da Luz, e é fundamental melhorar os acessos aos empreendimentos de alojamento local e às pequenas e médias e empresas de turismo que existem fora dos circuitos urbanos mais imediatos. A SAÚDE que temos em Lagos está cada vez mais ameaçada pelo estilhaçar dos serviços hospitalares algarvios, que resultou da agregação das unidades do Sotavento e Barlavento, com consequências de suposta racionalização que levaram ao desaparecimento de valências e especialidades do Barlavento e a permanente ameaça de encerramento do polo Hospitalar de Lagos, ao invés de se criar uma unidade de serviços hospitalares melhor e que sirva todo o extremo poente do Algarve. As populações é que pagam os custos da dita racionalidade com a degradação do seu estado de saúde, a perda de tempo e os custos das deslocações, cada vez para maiores distâncias. O SISTEMA EDUCATIVO deve tender para a gratuidade, conforme se decreta na Constituição, pelo que também compete aos poderes locais a pressão constante sobre os órgãos centrais para que esse desiderato se concretize e que a própria autarquia intente as suas próprias políticas. Gostaríamos de ver a generalidade dos alunos lacobrigenses, de qualquer ano do ensino obrigatório, com manuais gratuitos, para que esse peso financeiro não recaísse sobre as famílias. Lagos, cidade histórica e dinamizadora de tantos movimentos sociais no passado ainda não conseguiu constituir no seu seio um serviço de ensino superior, capaz de atrair jovens e de projetar o Concelho através do conhecimento. Um polo universitário, uma instituição de investigação avançada, um rasgo de ousadia que promova o conhecimento como valor máximo dos nossos tempos. Lagos assiste à crescente usurpação de espaços públicos por grupos privados com a conivência do Município, assunto que já foi várias vezes denunciado pelo Bloco de Esquerda, com questões colocadas em sede de Assembleia Municipal. Senão vejamos: A parte final da Meia Praia deixou de existir, fruto do corte ao seu acesso, em prol do empreendimento Palmares. O caminho do talefe da Luz está praticamente intransitável, face à minguagem de caminho público que a Câmara Municipal de Lagos deixou aberto para os munícipes. Vedações existem em plena Meia Praia, que privatizam parte da área do Duna Beach. Construtores edificam vivendas usurpando terrenos do domínio público. Uma última palavra na questão do ambiente não podia deixar de ser para a intervenção na praia da Dona Ana. Em comunicado público, a concelhia de Lagos do Bloco de Esquerda



Fl. 223v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

manifestou o seu desagrado por esta intervenção e o então Deputado Luís Fazenda questionou o Ministro do Ambiente sobre este projeto. Parece que a natureza está a encarregar-se de fazer o seu trabalho.”-----  
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) proferiu a seguinte intervenção: “Antes de iniciar a segunda parte da nossa intervenção, quero dizer à Sr.<sup>a</sup> Presidente que este debate é um debate sobre o estado do município e não sobre a informação normal da Sra. Presidente. Para dar por encerrado este assunto, lembro a todos os presentes a frase do secretário-geral do PS, António Costa: “a crítica é o sal da democracia”. Não me leve hoje a pensar, Sra. Presidente, o que disse o P. António Vieira: “o mal é quando o sal já não salga”. Ao terminar a primeira intervenção, referimo-nos ao livro “O bom governo”. E são estas as palavras de abertura do livro: “Os nossos regimes podem ser ditos como democráticos, mas nós não somos governados democraticamente. Este é o grande hiato que alimenta o desencanto e a inquietação contemporânea. E é este ponto que a TSL pretende desenvolver, de modo sintético, nesta segunda parte da sua intervenção sobre o estado do município. Vamos começar pela CM e terminar na AM. 1. CM. A questão da governação democrática começa no momento da eleição da CM, como executivo municipal, constituído por sete elementos, sendo um deles o presidente e, os demais, vereadores, os quais “coadjuvarão” o presidente. É um coletivo que a Lei e a Constituição estabelecem e que nenhum poder executivo interno pode desviar. Sábios foram os constituintes quando criaram a dualidade eleitoral, CM e AM, dando assim legitimidade a todos os vereadores através da eleição direta, e com iguais responsabilidades políticas. Infelizmente, a legislação foi reforçando os poderes do presidente e criou um corpo político administrativo, o “regime a tempo inteiro”, para o qual foi sendo transferido o poder executivo. Apesar de a legislação ter cuidado em salvaguardar os direitos das oposições, a prática do exercício das maiorias foi ofuscando a verdade eleitoral e o sistema democrático local. No Estatuto dos Eleitos Locais estabelece-se o regime de deveres e direitos dos eleitos locais; alguns direitos nunca foram, porém, objeto de aplicação. Assim, depois de, durante dois anos, termos defendido que houvesse um acréscimo de ligação e compromisso entre todos os membros eleitos da CM, o que a TSL constata é que, em quase todas as reuniões da AM, surgem queixas de que os vereadores não eleitos do PS não participam, atempadamente, no debate prévio de documentação importante da CM. Ainda, recentemente, se queixaram os vereadores não socialistas que o documento das GOP tinha sido enviado aos seus partidos sem o conhecimento desses vereadores. A TSL aceita que o documento das GOP possa ser enviado antes de uma aprovação geral de todos os membros do executivo. O que a TSL já não compreende é como um documento da CM é enviado para os partidos políticos sem que os seus membros no executivo não tenham dele conhecimento e, muito menos, apreciado. A TSL não compreende, nem acredita que tal possa voltar a acontecer. A maioria não tem legitimidade para defenestrar os direitos dos demais vereadores. Por isso, a TSL também não compreende a passividade dos vereadores, ditos eufemisticamente da oposição, perante este ilegítimo alienar do seu direito executivo participativo, como não compreende as lamúrias dos seus companheiros de partido nas sessões da AM. Esta



é a última vez que a TSL toma posição nesta matéria; aguarda, a partir de agora, ouvir na AM respostas políticas, responsáveis e consequentes a esta situação por parte dos partidos afetados pelo comportamento interno da maioria da CM. Infelizmente, o PS local, depois de mais uma década de poder maioritário, parece ter desaprendido o valor do diálogo e do compromisso. Não só na CM, como na AM... Diálogo e compromisso que hoje, a nível nacional, o PS tanto exige que se pratique... 2. E passemos agora para a AM. Dado o pouco tempo, façamos uma breve memória da última sessão da AM. A Sessão da AM que debate e aprova as taxas e os impostos municipais é uma das mais específicas sessões da AM. Dada a rotina de muitos anos de maioria socialista, seja na CM, seja na AM, as questões que sustentam o orçamento municipal quase que passam por entre a chuva da análise da AM. Por norma, as taxas não vêm sustentadas, nem em estudos financeiros, nem em análises socioeconómicas e culturais. Já os quatro Impostos são sempre apresentados como uma necessidade inalterável, uma vez que são o centro das receitas municipais: são TINA, isto é, pertençam à geração do “não há alternativa”. Por isso, a TSL aproveita para fazer uma referência a cada um deles, neste debate do estado do Município. Começamos pela participação variável do IRS. A CM aplica sempre a taxa máxima de 5%, no que é acompanhada, na AM, além do PS, por outros Grupos Municipais. O que a TSL não compreende, a não ser por opção ideológica, uma vez que a carga deste imposto reforça, ainda mais, o tão lamentado massacre da classe média. A TSL continuará, por razões de equidade, a apresentar alterações a esta taxa da CM. Passemos agora à Derrama. A TSL recusa a inevitabilidade da Derrama, pelo que recomenda à CM que reduza a sua intenção em apresentar, anualmente, propostas de Derrama. Sobre os Direitos de Passagem, nada há a dizer, alterado que foi o pagador. Já sobre o IMI, a TSL, começa por reconhecer que a proposta da CM se limita a algumas alíneas do artigo 112.º do CIMI, esquecendo, por exemplo, os “prédios degradados” do n.º 8, bem como não tenha feito um estudo, com os respetivos efeitos, sobre a matéria dos dependentes, justificando, assim, a ausência deles na sua proposta. Mas, o debate do IMI, este ano, teve um efeito importante, em matéria de comportamento democrático: a maioria da AM aprovou uma proposta de substituição ao valor apresentado pela CM. Foi um sinal de que algo pode começar a mudar, nesta fase do mandato, caso a CM não resolva internamente os seus problemas de relacionamento democrático; caso a bancada do PS se mantenha surda nos debates da AM; caso os outros grupos municipais da AM consigam não desconformar as suas propostas políticas.” (Aqui fomos interrompidos pelo Sr. Presidente da AM, pelo que o resto do texto, uma Recomendação, passará a ser objeto de envio à Comissão Permanente).-----  
-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) proferiu uma intervenção, tendo como base os seguintes diapositivos:



Fl. 224v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

**DEBATE SOBRE ESTADO DO MUNICÍPIO 2015**

### ARTE URBANA EM LAGOS

A arte urbana, perene ou efêmera, não é apenas manifestação de expressão cultural, nem registo passivo de personalidades, acontecimentos e obras à época relevantes para a comunidade e a sua história.

Igualmente contem, em si própria, uma função eminentemente social e pedagógica, quer em termos de valores estéticos e artísticos, quer como factor de enriquecimento do património público, assim como de reforço da auto-estima dos cidadãos, pelo melhor conhecimento dos elementos de memória colectiva ou identitários que representa, informando não só os residentes como quem nos visita.

Neste sentido, a arte urbana de caracter perene deverá ser disposta na cidade em formas apelativas e de proximidade, para que os cidadãos a sintam como pertença do seu quotidiano.

Terá, assim, que dispôr de meios não só convidativos para a sua fácil apreciação, como conter informação sobre o seu significado, autoria e data de execução.

Em Lagos, as mais recentes intervenções de arte urbana caracterizam-se, em regra, por ignorarem estes princípios, serem usadas como decoração de rotundas ou propaganda, sem legendagem ou incompleta e por desatenção na conservação e na protecção de vandalismos.

### 1. obras legendadas

#### 1.1 legendagem completa



a datação da obra publica respeitando o monumento património histórico, executada visando o desenvolvimento, constitui informação pública para os vindouros.



informação da data e autoria da obra publica



legendagem rigorosa, e completa



legendagem cuidadosa



obra no centro de rotunda  
legenda completa,  
sem manutenção



Fl. 225v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS



rua infante de sagres  
legenda completa



obra no centro de rotunda.  
a placa com legenda é praticamente  
despercebida , devido ao local onde  
se situa.



legendas completas

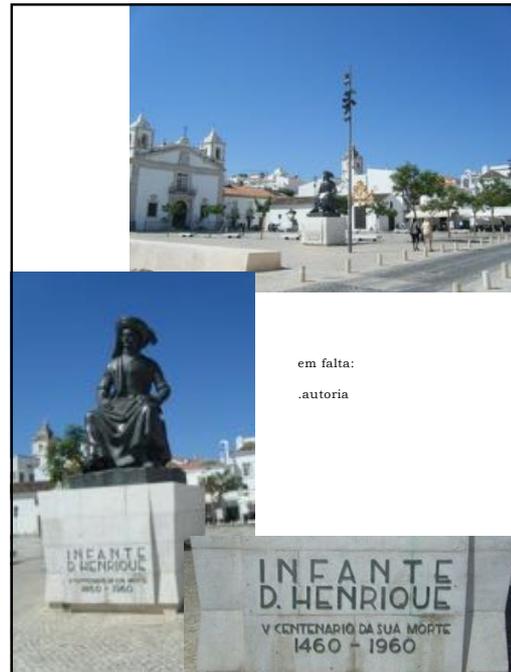
assinatura



legenda completa



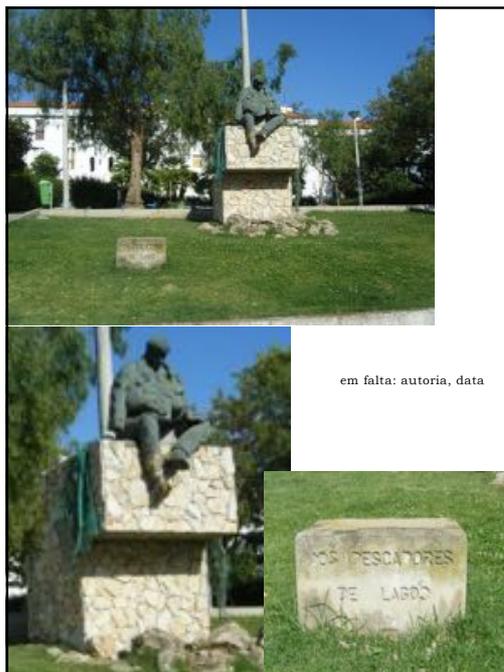
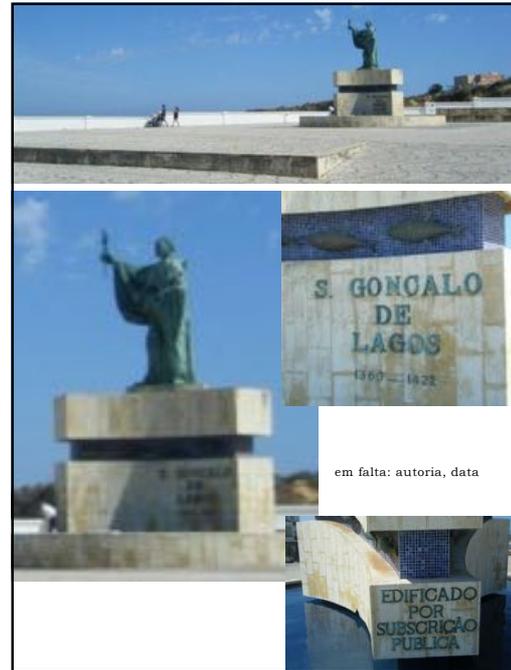
1.2 legendagem incompleta

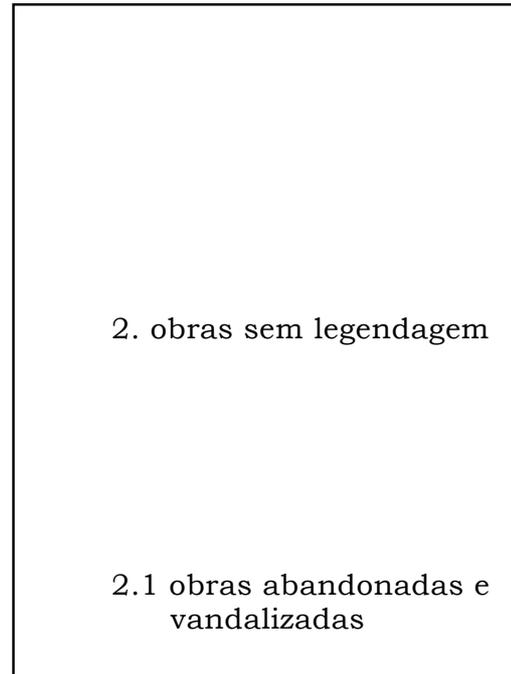
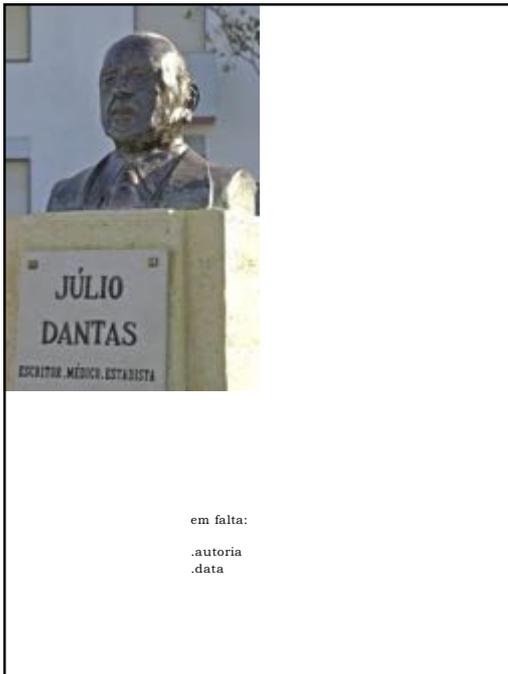




Fl. 226v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS







Fl. 227v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS



2.2 obras sem legendagem





Fl. 228



obra no centro de rotunda

em falta:  
.titulo  
.autoria  
.data



em falta:  
.autoria  
.data



obra colocada em abandono, sem meios de enquadramento no sitio.

em falta:  
.titulo  
.autoria  
.data



obra no centro de rotunda  
em falta: titulo, autoria, data





Fl. 228v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS



Obra na entrada do novo cemitério municipal

em falta:  
.titulo  
.autoria  
.data



fonte das 8 bicas, rua Garrett

em falta:  
.titulo  
.autoria  
.data



painel na entrada dos CTT

em falta:  
.titulo  
.autoria  
.data



Obra na rotunda na estrada da Meia Praia

Em falta:  
.titulo  
.autoria  
.data



Perante esta situação, impõe-se, em Lagos:

. promover acções junto da comunidade, para a mudança de mentalidade acerca do papel social e cultural da arte urbana.

. incluir no Plano de Actividades e Orçamento do Município para 2016, um plano de intervenção de valorização da arte pública urbana.

Para esclarecimento sobre algumas das opiniões aqui expressas e que se pretende sejam adoptadas em Lagos, mostram-se exemplos de arte pública urbana perene, e a receptividade por um importante sector da população.





Fl. 229v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS



-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que tinha tomado conhecimento da intensão de uma permuta, entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Lagos, relativamente à entrega dos terrenos que constituem o subsolo dos edifícios do lar Rainha D. Leonor e do lar de Barão de S. João, pelo que questionou se a Câmara Municipal, nas pessoas dos Vereadores da oposição, já tinham conhecimento do assunto e se o mesmo era para vir à Assembleia Municipal, uma vez que um dos terrenos vale menos que zero e a proposta é que o mesmo valha cerca de 13 mil euros. Referiu que a concessão do direito de superfície à Santa Casa para construção



dos edifícios mencionados é o meio adequado para que a Santa Casa realize os seus fins, pelo que colocar este direito com o direito de propriedade plena sem limitação, nomeadamente quanto ao uso dos terrenos, é abrir portas a tudo e mais alguma coisa, o que se pode tornar numa surpresa desagradável. Perguntou como estava organizado o piquete de reparações da rede de água e se em 14 anos de gestão do PS a Câmara Municipal ainda não tinha tido tempo para fazer o cadastro da situação das redes de água e de esgotos. Disse que 644 funcionários, para um Município da dimensão de Lagos, são muitos trabalhadores autárquicos, uma vez que existem muitos municípios em que o rácio é de menos de 10 trabalhadores por mil habitantes. Referiu que respeita qualquer trabalhador, seja ele funcionário da Câmara Municipal, funcionário público ou trabalhador do setor privado, mas dizer que em 644 trabalhadores todos são excelentes, bons, dedicados e que cumprem as suas funções com abnegação é uma ficção; a Câmara de Lagos é comparável a uma grande empresa e em qualquer empresa ter trabalhadores excecionais é sempre uma raridade, ou seja, é sempre um grupo pequeno que merece tal catalogação, mas há sempre um grupo, na maior parte das vezes mínimo, que não cumpre com as suas funções mínimas, sendo que a quem constitui esse grupo pode ser alvo de processos disciplinares. Disse que existem muitas queixas sobre os serviços municipais. Referiu que na Câmara Municipal existem funcionários bons, médios e maus e a responsabilidade disto é de quem gere a Câmara Municipal, que é o PS, atualmente.-

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) começou por dizer que o Debate sobre o estado do Município é um debate sempre muito interessante. Disse que tinha ouvido os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia fazerem um balanço sobre o estado das suas Freguesias, situação que não o incomoda, mas é da opinião de que tal deveria ser feito perante as Assembleias de Freguesia respetivas, uma vez que nesta Sessão tem interesse particular, em ouvir a Sra. Presidente da Câmara Municipal, porque o estado do Município é analisado, no Órgão político que é a Assembleia Municipal, em função das perspetivas políticas que cada um tem e do olhar de cada um, sobre a realidade que o rodeia. Reconheceu que a Câmara Municipal, de uma maneira geral, se tem mostrado empenhada, dedicada e motivada para resolver os problemas, porém não tem atingido os objetivos que outros, nomeadamente o PSD, gostaria. Registou com agrado a pintura do edifício dos Antigos Paços do Concelho, uma vez que se trata do espelho dos Órgãos locais, devido à sua história e onde se reúne o Órgão máximo do Município, que é a Assembleia Municipal. Disse que a primeira intervenção do PSD na presente Sessão, tinha sido mais elogiosa do que a interpretação feita pela Sra. Presidente da Câmara Municipal. Referiu que a Câmara Municipal dispõe de muitos planos, mas os mesmos são muito teóricos, sendo prova disso o não concebimento prático dos mesmos, ou seja, falta planos de ação para colocar em prática as doutrinas dos planos teóricos. Disse que o Município tem tido um aumento de receitas, nos últimos 2 anos, espetacular, aumento do IMI, aumento do IMT, resultando do esforço e do empenhamento dos empresários locais e de quem investe no setor imobiliário, no entanto lamentou o facto da Câmara Municipal prestar pouca atenção aos aspetos burocráticos do funcionamento dos seus serviços, uma vez que



Fl. 230v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

leva mais de 15 dias para despachar uma licença para ocupação de espaço público para construir ou modificar uma habitação no Centro Histórico, sendo que o mesmo se sucede com o licenciamento de uma obra. Referiu que o combate à burocracia é um bom contributo para o aumento de receitas. Disse que as Freguesias rurais, há muito que deixaram de ter a recolha de resíduos sólidos diariamente; a bermas das estradas municipais e as valetas, há muito tempo que não são limpas, ou seja, a manutenção e a conservação dos equipamentos e dos bens públicos, coisa que sabe que dá muito trabalho, na sua opinião, não tem sido bem feito. Terminou deixando o desafio no sentido de ser agendado um debate sobre o Centro Histórico, uma vez que o mesmo está a ficar descaracterizado, desordenado e com os moradores do mesmo a abandoná-lo.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que o presente ano de 2015 tinha sido o ano em que a designação da União de Freguesia de Lagos tinha sido alterada para Freguesia de S. Gonçalo de Lagos e isso deveu-se a um trabalho conjunto onde todas as forças políticas da Freguesia, participaram. Realçou a boa colaboração entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal numa série de áreas relacionadas com arranjos e manutenções de espaços públicos. Disse que o relacionamento entre a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia tem sido bom. Referiu que em termos financeiros o Orçamento estava equilibrado e a ser executado dentro do previsto. Informou que continua a Freguesia a apoiar os clubes e as associações recreativas da mesma, a proporcionar relações de proximidade entre as forças de segurança e a população. Disse que tem sido trabalhado o apoio social em conjunto com a Câmara Municipal e a Rede Social. Referiu que os equipamentos relacionados com a prática desportiva existem e são bons. Constatou que os parques de estacionamento subterrâneos trabalharam bem durante o Verão o que contribuiu para um melhor funcionamento do comércio local. Informou de que os arranjos no Bairro 25 de Abril, na Meia Praia, estavam para breve. Disse que a Junta de Freguesia trabalha, infelizmente, com trabalhadores no âmbito dos Contratos de Emprego Inserção, pois gostaria que estes funcionários pertencessem aos quadros de pessoal da Junta.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) proferiu a seguinte intervenção: “- Dando cumprimento ao prometido por esta Câmara e ao fim de 3 anos e meio foi reaberta a Ponte D. Maria, obra essa que foi essencial para a nossa Cidade e que veio melhorar a circulação viária. Em relação à parte financeira conseguiu reduzir a sua dívida com contenção de despesas e cumprindo sempre com os compromissos assumidos numa política muito responsável e assim reduzindo os prazos de pagamento, pelo que está no bom caminho para a sua recuperação, conforme se pode constatar com as informações dadas pelos revisores oficiais de contas. Estes resultados são merecedores de breve nota, uma vez que são o produto do rigor, responsabilidade e sentido crítico com que serviços e executivo tratam áreas tão importantes como a educação, a habitação, a ação social, o ambiente, o ordenamento do território, assim como perspetivam a sua conciliação com investimentos adicionais que possam revelar-se uma mais-valia tanto para munícipes, como para visitantes. Lagos hasteou Bandeiras Azuis e de Praia Acessível



nas suas zonas balneares. O Município de Lagos voltou a hastear a Bandeira Azul em cinco das suas seis zonas balneares: Luz, Porto de Mós, Meia Praia, Praia da Batata e Camilo. Nas primeiras quatro foram ainda hasteadas a Bandeira Praia Acessível – Praia Para Todos! A implementação do orçamento participativo iniciativa que foi do agrado dos munícipes, ao qual sugeriram vários projetos e que participaram na sua votação, tendo sido um bom contributo para o desenvolvimento do nosso município. - Câmara tem dado apoios sociais às famílias em dificuldades, assim como também a atribuição de bolsas a estudantes. Foi dado Apoio Financeiro às Associações Culturais apesar de todos os constrangimentos financeiros, pelo reconhecimento do seu trabalho desenvolvido. Foi atribuído um subsídio à associação Almargem por forma a dar seguimento ao projeto da via Algarviana, considerando a Via Algarviana uma importante estrutura e um fator adicional de atração e promoção da região algarvia, no segmento do turismo de natureza, e um complemento relevante ao produto tradicional “sol e praia”. - A renovação do parque informático da Câmara que já não estava nas melhores condições veio melhorar os seus serviços. - O melhoramento da iluminação pública com implementação de Leds, é também um aspeto relevante e bastante positivo para a nossa cidade, bem como a requalificação de várias ruas do centro histórico. Os apoios financeiros às freguesias através de protocolos de Delegação de Competências, tem sido crucial para o desenvolvimento do nosso Concelho e ajudar as populações. - Também congratular por finalmente ter sido aprovado o PDM de Lagos. Concluiu-se assim um processo que decorria há 13 anos.”-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que estas Sessões para se debater o estado do Município são importantes, na sua ótica, uma vez que é importante parar para pensar e para fazer um balanço construtivo, do que foi feito no último ano. Referiu que quando terminam estes debates tira a conclusão que muita coisa separa as Bancadas, mas uma coisa une todas, que é a vontade de servir o público. Disse que o balanço deve ser feito com rigor e de forma honesta. Referiu que no fundo os presentes têm que tentar ver se todos em conjunto e a Câmara Municipal em particular, está ou não a conseguir o seu principal objetivo que é servir da melhor forma quem vive, quem trabalha e quem visita Lagos. Disse que depois do que ouviu nesta Sessão, o que lhe parece é que todos têm noção de que só existe dinheiro para a “comida”, mas logo a seguir já estão a pedir algo para o qual não há dinheiro, ou seja, por um lado é criticado o que é feito, mas logo a seguir quase que é exigido que se faça mais, tendo para isso que haver mais e mais dinheiro. Referiu que dadas as circunstâncias é preciso tomar opções, e as opções do atual Executivo são bem claras, apostando na educação, no apoio social, no desporto e na juventude, não descordando a cultura. Relativamente à educação disse que apesar da falta de pessoal, as escolas têm recorrido ao Centro de Emprego, para usufruir dos Contrato de Emprego Inserção, pois não têm outra alternativa, as Atividades de Enriquecimento Curricular continuam a funcionar, as refeições escolares têm boa qualidade, as transferências feitas no âmbito do funcionamento da escola são inferiores às distribuídas em anos anteriores, mas fruto de uma engenharia financeira, são as suficientes. Disse que o apoio social da Câmara Municipal tem



Fl. 231v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

sido bem articulado com os restantes parceiros da Rede Social. Relativamente ao desporto disse que não estão a ser dadas verbas aos clubes, mas estão a ser apoiados de outras formas. Disse que em termos de cultura a mesma tem sido bem dinamizada na medida do possível. Terminou informando que o pavilhão da Escola Gil Eanes, estava encerrado desde o início do ano letivo.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por dizer que a ideia de atribuir gratuitamente os manuais escolares ao primeiro ciclo do ensino básico, está a ser equacionada pela Câmara Municipal, sendo que a mesma será passada à prática se possível. Relativamente ao pessoal não docente para as escolas, disse que é um desejo de que não haja falta de pessoal, mas dado que não se pode contratar pessoal, esse desejo vai sendo colmatado com pessoas do Centro de Emprego. Relativamente à intervenção do Grupo Municipal TSL, disse que é a opinião da bancada e a mesma tem que ser respeitada. Lembrou que, pela primeira vez em Lagos, foi lançado o Orçamento Participativo. Disse que no dia a dia tudo é feita para que a Câmara Municipal de Lagos, seja uma Câmara acessível, aberta e de diálogo, mesmo quando os Membros da Assembleia Municipal a acusa de falta de diálogo e de falta de transparência, mas o estado do Município resulta da análise que cada um faz sobre a realidade e sobre o outro, como referiu o Sr. José Valentim, ou seja, onde Sanches vê moinhos, D. Quixote vê gigantes. Referindo-se à “anomia política” referida pelo Sr. José Alberto Baptista quando diz que “a alma da cidade se foi dissolvendo na anomia política dos dias”, disse que por muito anômica que seja a política, a alma da cidade e a alma dos lacobrigenses não se dissolve, resiste a tudo, resiste aos políticos e às políticas e está forte e cheia de entidade e cheia de vontade de continuar a trabalhar e a lutar por uma cidade e um Concelho melhor, isto na sua opinião. Disse que a intervenção da CDU tinha sido considerada com uma recomendação a seguir. Sobre arte urbana disse haver muitas obras importantes e que algumas nunca foram legendadas. Referindo-se à intervenção do Sr. Jorge Ferreira, disse que poucas vezes diz mal de alguma pessoa, raramente fala mal de alguém em público, nem mesmo da pessoa do Sr. Jorge Ferreira, onde apenas disse mal aquando da sua deslocação à Polícia Judiciária, uma vez que aí não se conseguiu conter, tendo feito alguns comentários pouco abonatórios à pessoa do Sr. Jorge Ferreira. Reconheceu que de entre os 644 funcionários da Câmara Municipal há um ou outro menos cumpridor, mas na sua apreciação global, os funcionários da autarquia são pessoas que merecem o ordenado que levam para casa e em momentos de dificuldade onde é pedido mais do que aquilo que os mesmos podiam fazer, sendo que muitos são aqueles que desempenham funções superiores às da sua categoria profissional, merecendo todo o respeito da Câmara Municipal e da própria população. Ainda sobre as intervenções da bancada da LCF, disse que esta criticou a Câmara Municipal não ter beneficiado as famílias com filho, no IMI, mas isso é uma falsa questão, porque o IMI ao baixar vai beneficiar todas as famílias, tenham elas filhos ou não. Sobre a Santa Casa da Misericórdia de Lagos, disse que se trata de um protocolo que teve conhecimento havia poucos dias e que o mesmo iria à reunião da Câmara Municipal, tendo assim todos os Vereadores acesso ao mesmo, sendo que na sua opinião e na opinião dos serviços, acautela o interesse público. Sobre a



pintura do Edifício dos Antigos Paços do Concelho disse que a mesma era uma obra necessária, a qual teve um custo de cerca de 45 mil euros e que a Câmara Municipal tem que dar o exemplo quando exige que os particulares mantenham as coisas. Relativamente ao atraso nos licenciamentos, disse que a falta de pessoal contribui para os atrasos. Referiu que a Câmara Municipal tem feito um esforço muito grande na limpeza das bermas e dos caminhos, tendo as Juntas de Freguesia estado a trabalhar em conjunto com os sapadores florestais, apesar de não conseguirem chegar a todo os lados. Sobre o Centro Histórico e o ruído produzido por estabelecimento que funcionam principalmente no período da noite, é uma realidade que a Câmara Municipal ainda não conseguiu resolver, reconheceu. Terminou dizendo que a luta continua.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) proferiu a seguinte intervenção: “Queria referir o corredor de emergência da escola das Naus onde a calçada está retirada, a escola já informou, mas a situação mantém-se. Sra. Presidente, elogios que o Bloco de Esquerda fez: - Orçamento Participativo, - Esforço em relação à situação financeira e também no campo de energia, portanto não foi só, desculpe que lhe diga, deitar abaixo. A todos estes anseios, que são os nossos e sabemos ser o de muitos deste concelho, continuaremos a dar voz até ao término deste mandato. Mas também estaremos cá para exigir mais e melhor ao executivo municipal, apontando os erros e as omissões. Seremos reivindicativos e vigilantes, exigentes e ousados, não porque isso nos engrandeça ou envaideça, mas somente porque acreditamos que o concelho de Lagos do século XXI será dos cidadãos e para os cidadãos, das pessoas e para as pessoas, da qualidade e já não da quantidade de metros cúbicos de betão. Acreditamos que a política deve ser feita para e com as pessoas; acreditamos numa política humanista e isto a nível local, nacional, europeu e global e por isso termino como comecei exprimindo solidariedade, neste caso para com Luaty Beirão e os restantes presos políticos em Angola.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) proferiu a seguinte intervenção: “Diz Marco Polo ao imperador Kublai Khan: “Agora contarei o que a cidade de Zenóbia tem de extraordinário: embora situada em terreno seco, ergue-se sobre altíssimas palafitas, e as casas são de bambu e de zinco, com muitos baléus e balcões, postos em diferentes alturas, com andas que superam umas as outras, ligadas por escadas de madeira e passarelas suspensas, transpostas por belvederes cobertos por alpendres cónicos, caixas de reservatórios de água, cata-ventos, desdobrando roldanas, linhas e guindastes. Não se sabe qual necessidade, ou lei, ou desejo induziu os fundadores de Zenóbia a dar uma forma à cidade... Mas o que se sabe com certeza é que, quando se pede a um habitante de Zenóbia que descreva uma vida feliz, ele, ou, imagina sempre uma cidade como Zenóbia, com as suas palafitas e escadas suspensas; ou, talvez uma Zenóbia totalmente diferente, desfraldando estandartes e nastro, mas sempre construída a partir de uma combinação de elementos do modelo inicial. Dito isto, é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mudanças a dar forma aos desejos dos cidadãos; e aquelas em que os desejos



Fl. 232v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados”. Assim, terminou a narrativa de Marco Polo. Esta narrativa sobre a cidade de Zenóbia é de fácil leitura para o bom governo cidade de Lagos: Há cidades que continuam, ao longo dos anos e das mudanças, a dar forma aos desejos e interesses dos cidadãos; Mas, há também cidades em que os desejos e os interesses intentam cancelar a cidade; nesse caso, só resta à gestão da cidade cancelá-los. Em suma, o bom governo municipal da cidade de Lagos deverá continuar a ser fiel a uma história de mais de dois milénios, efetuando, em harmonia com a participação e os interesses dos seus cidadãos, as mudanças da modernidade e da pós-modernidade, mas, a partir sempre da matriz fundadora da cidade: uma cidade aberta, inovadora, afeta aos cidadãos, com o mar como ponte entre o passado e o futuro. Este momento de viragem do mandato é o momento certo para os órgãos municipais, bem como os partidos, coligações e movimentos de cidadãos, repensarem o Estado do seu Município. E defenderem um bom governo que saiba ajustar todas as pedras da cidade e com elas construir sobre Lagos a curva de um arco feliz.”-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) proferiu a seguinte intervenção: “Já foi aqui hoje referido, nas intervenções anteriores da CDU, que a maioria absoluta PS na Câmara Municipal, recusa o conhecimento e a participação útil, quer de outros eleitos, quer dos munícipes, nas decisões de gestão do Município. Aliás, para o provar, bastaria ver como foi diminuta, desinformada e limitada no âmbito, a generalidade da intervenção de cidadãos nos arremedos de discussão pública a que a Câmara Municipal não pode fugir por força da lei e como têm sido recusadas as propostas da CDU e da própria Assembleia Municipal, para prévios esclarecimentos abertos ao público. O PS pode insistir que na Câmara Municipal a lei é sempre cumprida. Só que não é verdade. A lei não é cumprida quando é inventado um ilegal executivo camarário que expolia os vereadores que não são do PS dos seus direitos constitucionais, proibindo-os, na prática, de cumprir as funções estipuladas na lei e as obrigações assumidas perante os eleitores e a população em geral. A lei não é cumprida quando não há resposta nos termos da lei, ou é incompleta, a requerimentos da Assembleia Municipal sobre assuntos de interesse público, assim incapacitando os eleitos na Assembleia Municipal do completo e atempado exercício das suas obrigações constitucionais de acompanhamento e fiscalização da atividade camarária. A lei não é cumprida quando não são atendidas ou não há preocupação com as recomendações da Assembleia Municipal, em desprezo pela sua condição de reflexo, democrático e constitucional, da pluralidade de sectores da população. A lei não é cumprida quando o Estatuto dos Direitos de Oposição é interpretado “a bel prazer”, contrariando o objetivo da lei. A lei não é cumprida quando é reduzida à letra e utilizada apenas na forma, de que é exemplo a recusa de debates e esclarecimentos públicos prévios sobre documentos a serem apreciados em discussão pública obrigatória, assim inviabilizando o real cumprimento da participação democrática da população. A CDU regista ainda o desconhecimento público sobre o rumo para que está a ser conduzido o Município e, em termos de política autárquica, dos reais significados dos procedimentos da Câmara Municipal, assim como dos seus efeitos na qualidade de vida dos munícipes, no justo



desenvolvimento do Município e nos reflexos para a condução da atividade dos agentes locais, económicos e socio/culturais. A realidade do Estado do Município de Lagos que aqui se identifica, é resultante, em primeira instância, do deficit de formação democrática na Câmara Municipal e de esta não realizar uma leitura cultural dos problemas e necessidades do Concelho e do papel da cultura na determinação dos atos de natureza técnica para os atender. Para o bem do Município, há que corrigir esta situação, no sentido das considerações apresentadas pela CDU neste debate.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) proferiu a seguinte intervenção: “Lagos com Futuro louva as palavras da companheira do PS, Eng.<sup>a</sup> Paula Couto, que disse sobre a conversibilidade e a necessidade de todos participarmos numa ideia comum que é a construção da cidade; só que a realidade aqui posta perante nós, e ainda agora vi sair das palavras quer do José Alberto Baptista, da TSL, quer da CDU, demonstram à evidência a saciedade que o Partido Socialista tendo a maioria na Câmara obviamente se fecha, aliás, o “bolinha”, que é o Executivo em permanência, em que está fechado, oposição não entra e portanto não alimenta a relação de diálogo, de participação entre todos na construção dessa cidade. Esse é um dos males desta Câmara no passado e que, apesar de nas circunstâncias atuais eu reconhecer que há uma maior democraticidade do que teria havido nos mandatos anteriores, ainda assim, pelos casos que aqui foram revelados e por muitos outros, a falta de democraticidade e de transparência são extremamente elevadas. Queria referir-me agora a pontos concretos da governação do Município, nós trouxemos hoje o tema água; é um tema que nos é caro desde inicio e continuamos a dizer o seguinte: fazer bem é um dever de quem exerce funções executivas e que detêm cargos de poder; fazer bem é aquilo que se pode esperar. O importante desde debate não é os eventuais elogios que se podia fazer a este ou aquele aspeto particular da governação municipal. Entendemos nós que na questão da água o desperdício que existe, a que não foi respondido, mas que estará perto, não é o somatório dos anos, este ano está perto dos 40% de desperdício, será os 36% ou 38% e, portanto, com esses desperdícios que dará um valor, segundo aqui o meu companheiro, da ordem de 1 milhão de euros, se parte dos recursos financeiros da Câmara fossem investidos a reduzir, paulatinamente, esse desperdício, portanto, ao fim de pouco tempo tínhamos ganhos substanciais e melhorias nas redes.”-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) proferiu a seguinte intervenção: “Nesta parte final do debate cumpre-nos afirmar que reconhecemos que o Partido Socialista se apresentou com uma intervenção e um pensamento estruturado, mas sem notas de originalidade, sem novidade, sem projetos novos, sem ideias para o futuro. Limitou-se a falar do passado e do presente, uma ação meramente defensiva. Como disse Platão “a verdade encontra-se no outro lado”. O Membro desta Assembleia Municipal, José Valentim, passeou, visitou o Concelho e andou pelos caminhos rurais da Cova da Zorra, de Barão de S. João, de Espiche, do Cotifo, da barragem da Bravura, visitou essas situações todas, que eu gosto de apanhar o ar da natureza e conviver com o ambiente. Portanto finalmente o PSD ousa recomendar à Câmara Municipal que se debruce mais sobre o futuro com vista a encontrar



Fl. 233v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

soluções para dar resposta às inquietações e ansiedades dos nossos concidadãos.”---  
-----A Sra. Sónia Melo (PS) proferiu a seguinte intervenção: “Embora a oposição pareça não concordar muito com a opinião do PS o balanço que nós fazemos deste ano do estado do Município, é um balanço positivo. Quando nós pomos na balança a parte que não correu tão bem com a parte que correu melhor, o balanço é realmente positivo. E é positivo porque nós vimos aqui e eu acho que ninguém pode tão pouco questionar, ou duvidar do trabalho que foi feito em relação à redução da dívida, foi realmente um trabalho bem pensado e tem sido um esforço grande que a Câmara tem vindo a fazer. Esta redução da dívida foi feita sem descorar a ação social, sem descorar a educação, prestando assim um bom serviço os munícipes aqui do nosso Concelho. Tivemos durante este ano uma oferta cultural variada, eu penso que agradou a todas as pessoas, havia qualquer coisa para alguém. Vemos também a requalificação a repavimentação das ruas, etc., a iluminação como o Bloco de Esquerda já falou, isto tudo cumprindo com as regras e com os compromissos do PAEL, mas gostávamos também de desafiar, ou melhor, de incentivarmos, já que ninguém falou do futuro, pelos vistos, gostaríamos de desafiar o Executivo a manter estas políticas sociais que tem vindo a desenvolver, educativas e culturais, nomeadamente com o apoio que dá às associações, aos eventos escolares, às iniciativas escolares e a ajuda que dá na habitação social, etc.. Nós queremos também continuar a ver o nosso Município limpo, atrativo para quem cá vive principalmente, mas para quem nos visita também. Eu sou deparada, diariamente, com pessoas que vêm para aqui e que vêm aqui, o que se calhar eu não consigo ver a maravilha que nós temos aqui e eu fico pasmada diariamente, porque eu não consigo ver o que eles veem, eu reconheço que é bonito, mas não consigo ver este deslumbre que eles sentem quando cá vêm. Então lanço o desafio para que Lagos possa continua a ser visto como este lugar atrativo para visitar e frequentar e fazendo isto tudo, continuando com uma política de contenção e de equilíbrio financeiro para podermos talvez no próximo ano, baixar um bocadinho mais os impostos, quem sabe, não é, há sempre esperança, que é a última a morrer.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), encerrou este debate com o seguinte discurso: “Esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal dedicada, exclusivamente, ao debate político e ao balanço anual de atividades dos órgãos autárquicos do Município, apresenta para mim e penso que para todos nós também, a materialização dos princípios democráticos do bom governo, do saudável confronto de opiniões, da informação e da transparência da administração, portanto, de uma forma, que aliás não existe senão numa pequena minoria de Municípios do nosso País. Portanto somos de alguma forma, inovadores nesta prática, ou somos dos poucos que a seguem. A cidade e o Município de Lagos viveram, como é do conhecimento de todos, momentos de dificuldades nos últimos anos que também todos sentimos que ainda não foram ultrapassados. Subsistem no tecido empresarial muitas fragilidades, o desemprego e a precaridade laboral, são ainda demasiado elevados, trazendo muita incerteza e medo do futuro, a muitos lacobrigenses. Existem, no entanto, penso eu, sinais de esperança no horizonte. A



aprovação do Plano Diretor Municipal, com o conseqüente desenvolvimento, ou potencial desenvolvimento de alguns investimentos produtivos, novos investimentos turísticos de qualidade tanto na cidade como fora da cidade, já em fase de arranque, poderão reforçar não só a atratividade como também a competitividade do Concelho e aumentaram, com certeza, o emprego estável durante todo o ano, trazendo, obviamente, mais bem-estar para os lacobrigenses, que é no fundo isso que a todos nos anima. No horizonte nacional subsistem também muitas incertezas nomeadamente nos domínios da fiscalidade municipal, da descentralização administrativa e de competências na administração local que poderão, na minha opinião também deverão ser clarificados e ajustados nesta nova legislatura que em breve se irá iniciar. No panorama internacional pairam também nuvens negras relacionadas com um aumento da conflitualidade crescente às portas da Europa com a crise dos refugiados e com a pressão migratória do Sul e do leste do Mediterrâneo, isto tudo num quadro de grandes desafios económicos que o Mundo e a Europa, em particular, têm pela frente, de desafios ambientais, situações que exigem dos políticos uma grande responsabilidade em termos daquilo que são as decisões que são relevantes para o futuro. São, portanto, tempos diferentes, tempos novos, tempos que exigem capacidade de adaptação, agilidade, mas que eu penso que convocam também os valores e os valores firmes, que penso que todos nos deve animar da democracia e da defesa, intransigente da dignidade humana e dos direitos humanos.”-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 2 minutos, da madrugada do dia 20 de outubro, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....  
.....